



X Encontro Nacional das Licenciaturas  
IX Seminário Nacional do PIBID

## REMANDO CONTRA A MARÉ: DESAFIOS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR DE MULHERES NA AMAZÔNIA MARAJOARA

Clarice Souza Bruno<sup>1</sup>  
Geovana Sousa Neves Pena<sup>2</sup>  
Eliane Miranda Costa<sup>3</sup>

### RESUMO

A pesquisa busca evidenciar desafios e estratégias forjadas por mulheres habitantes do Marajó das florestas, especialmente no município de Breves, para superar barreiras estruturais e projetar o sonho do ensino superior, tendo como base o projeto “Mulheres na Amazônia marajoara: educação, trabalho, religião, família e muitas histórias (1940 -2023)”, desenvolvido na UFPA - Campus Marajó Breves. Objetiva-se mapear histórias e trajetórias de mulheres marajoaras, no que tange às especificidades territoriais, socioeconômicas e educacionais que marcam o processo de escolarização e a tecitura de carreiras profissionais no território. Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio da incursão bibliográfica e da coleta de narrativas orais com mulheres ribeirinhas, por meio de entrevistas semiestruturadas. O referencial teórico ancora-se a luz de teóricos como, Saviani (2008, 2013), Lima (2022), e Pacheco (2006), que nos possibilitam compreender sobre as estratégias arquitetadas por essas sujeitas para superarem o patriarcado, a subordinação, o isolamento geográfico, as desigualdades sociais do próprio território e as restrições de acesso à educação formal. Os resultados revelam que essas mulheres lidam com escassas oportunidades acadêmicas desde a educação básica. Para acessar esse nível de ensino e o ensino superior muitas dessas mulheres precisam migrar para a cidade ou para outros municípios e Estados, passando, assim, a enfrentar o processo de desterritorialização e reterritorialização. O diploma para elas é símbolo de resistência, reflete a persistência, não é somente pela ascensão social, é reconhecimento. A escolarização, embora ainda seja um sonho inacessível, dada a escassez de oportunidades, corrobora para superar a invisibilidade das mulheres ribeirinhas marajoaras. A pesquisa reforça a urgência de políticas públicas específicas para o contexto amazônico marajoara, capazes de reduzir desigualdades, garantir direitos e promover inclusão e dignidade para mulheres ribeirinhas.

**Palavras-chave:** Mulheres ribeirinhas, Ensino superior, Marajó das florestas, Oportunidades.

### INTRODUÇÃO

As mulheres do norte do Brasil, especialmente as mulheres ribeirinhas habitantes da Amazônia marajoara, enfrentam secularmente um dos maiores déficits educacionais para acesso e permanência nos espaços escolares e acadêmicos do país, mesmo com tantos avanços

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia e Mestranda em História Social da Amazônia, na Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves. E-mail: [clarice.bruno@breves.ufpa.br](mailto:clarice.bruno@breves.ufpa.br)

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia, na Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves. E-mail: [geovanapena03@gmail.com](mailto:geovanapena03@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora: Doutora em Antropologia e Docente da UFPA, atuando na Faculdade de Ciências de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Sociobiodiversidade e Educação do Campus Universitário do Marajó-Breves. E-mail: [elianece@ufpa.br](mailto:elianece@ufpa.br).

constitucionais. O Marajó é o maior arquipélago flúvio-marítimo do mundo, composto por 17 municípios, com estimativa de cerca de 630.441 habitantes. Região rica em biodiversidade e paisagens naturais exuberantes, o arquipélago é também palco de um cenário refém das desigualdades socioeconômicas, políticas, geográficas e materiais, com altos índices de vulnerabilidade social, no qual a maioria dos municípios apresentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Breves, município lócus da pesquisa, é o maior e mais importante, dada sua localização estratégica no arquipélago. Conta com uma estimativa de 106.968 habitantes, de acordo com o Censo do IBGE (2022), dos quais cerca de 46.300 residem em áreas rurais, segundo o Censo de 2010. Isso significa que uma parcela significativa da população vive em um território geograficamente complexo, já que Breves possui uma área de 9.566,499 km<sup>2</sup> (IBGE, 2024), o que evidencia sua vastidão e a distância de muitas comunidades em relação ao centro urbano.

Nesse contexto, as mulheres ribeirinhas que vivem nas áreas de floresta do município de Breves enfrentam um desafio que transcende o campo educacional: o território, antes símbolo de identidade, pertencimento e continuidade dos modos de vida tradicionais, passa a representar um espaço de tensões, resistências e rupturas. O que antes era o cartão-postal da vida ribeirinha, sustentada pela relação harmônica entre natureza e cultura, torna-se um campo que enfrenta diferentes obstáculos sociais, geográficos e institucionais, no qual o sonho do acesso à universidade se entrelaça às dificuldades concretas da travessia, seja pelo deslocamento físico, pela ausência de políticas públicas territorializadas, ou pela sobrecarga do patriarcado que historicamente recaem sobre as mulheres.

Embora Breves abrigue importantes instituições públicas de ensino superior, como a Universidade Federal do Pará (UFPA), instalada em 1990, e mais recentemente, o Instituto Federal do Pará (IFPA) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a oferta de cursos ainda é limitada, o que torna o ingresso e a permanência no ensino superior um privilégio para poucas e um sonho distante para muitas. Essa limitação reforça as desigualdades educacionais apontadas por Romanelli (2017), ao evidenciar que a expansão do ensino superior brasileiro se deu de forma desigual e concentrada nos grandes centros urbanos, marginalizando as populações do interior e das regiões periféricas.

Na perspectiva de Louro (2004), o gênero atravessa o espaço escolar, configurando práticas e discursos que produzem e reproduzem hierarquias simbólicas e materiais. No caso

das mulheres ribeirinhas do Marajó, tais hierarquias são agravadas pelo isolamento territorial e

pela ausência de políticas públicas eficazes, tornando o ato de estudar um gesto de resistência. Assim, o território não é apenas o lugar da existência física, mas um espaço político e simbólico

de disputas, onde a busca pela educação se afirma como forma de emancipação, reconhecimento e reexistência diante das estruturas históricas de exclusão que persistem no cenário amazônico.

Vale mencionar que essa problemática não surge agora. Ela tem raízes em um passado marcado por silenciamentos e desigualdades, sobretudo de gênero, pois, desde o período colonial, as mulheres eram tidas como figuras do lar, sem poder de decisão e submetidas à autoridade masculina. Foi apenas em 15 de outubro de 1827, por meio da Lei Geral, que se permitiu o acesso de meninas à instrução primária, ainda com conteúdo limitado ao “ofício do lar”. Mais tarde, em 1879, o Decreto Imperial de Dom Pedro II autorizou o ingresso de mulheres no ensino superior (Bezerra, 2010), direito que só ganhou concretude com a Constituição Federal de 1988, ao afirmar a educação como direito de todos e dever do Estado. No plano infraconstitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reafirma a educação como instrumento de formação humana integral, articulando dimensões sociais, culturais e políticas.

Para Saviani (2008; 2013), a educação deve ser compreendida como prática social emancipatória, vinculada à transformação das condições materiais e simbólicas da existência. Nessa perspectiva, garantir o direito à educação no território amazônico marajoara significa assegurar não apenas o acesso à escola, mas o direito de permanecer e de se reconhecer no processo educativo. A luta das mulheres ribeirinhas por escolarização e reconhecimento, portanto, é também uma luta pela própria democratização da educação brasileira, ainda marcada por assimetrias históricas.

A pesquisa busca compreender os desafios enfrentados por mulheres ribeirinhas do município de Breves para ingressar e permanecer no ensino superior, analisando de que modo suas trajetórias revelam dinâmicas de desigualdade, resistência e pertencimento territorial. O objetivo central consiste em identificar as barreiras sociais, culturais e materiais que condicionam o acesso à universidade, evidenciando como o território, permeado por

distâncias, silenciamentos e desigualdades históricas, interfere diretamente nas políticas públicas e nas condições concretas de acesso à educação.

O estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica e coleta de narrativas orais com mulheres ribeirinhas, que possibilitam compreender os sentidos atribuídos à escolarização e às

trajetórias de vida dessas mulheres. Essa abordagem permite articular o vivido e o narrado, o individual e o coletivo, o território e a subjetividade, dimensões essenciais para compreender a complexidade amazônica.

A investigação está vinculada ao projeto “Mulheres na Amazônia Marajoara: Educação, Trabalho, Religião, Família e Muitas Histórias (1940–2024)”, apoiado pelo Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPA), cuja proposta central é registrar e analisar as experiências femininas invisibilizadas nos processos históricos e educacionais da região. Os resultados revelam que essas mulheres enfrentam oportunidades educacionais escassas desde a educação básica, o que as obriga, muitas vezes, a migrar para centros urbanos ou outros estados a fim de dar continuidade aos estudos, vivenciando processos de desterritorialização e reterritorialização (Haesbaert, 2004).

O diploma, para essas mulheres, transcende o valor acadêmico: é símbolo de reconhecimento, resistência e superação das fronteiras impostas, tanto pelas águas quanto pelas estruturas sociais. Embora o sonho da escolarização plena ainda seja distante, suas trajetórias revelam a potência transformadora da educação como direito e emancipação e reafirmam a urgência de políticas públicas territorializadas, sensíveis às especificidades amazônicas e comprometidas com a dignidade e autonomia das mulheres ribeirinhas.

Assim, compreender a educação no território marajoara exige um olhar ético, sensível e comprometido com o lugar, o gênero e a desigualdade, reconhecendo que cada mulher que cruza os portões da universidade reinscreve sua história e ressignifica o território que habita, tornando-se parte viva da memória coletiva e da luta por justiça social na Amazônia.

## METODOLOGIA

Este é um estudo desenvolvido sob a perspectiva da abordagem qualitativa, pois lida com um fenômeno complexo, impossível de ser reduzido a mensuração (Minayo, 2016). Nesse sentido, adotou-se como procedimento a pesquisa bibliográfica, que contribuiu para ampliar o conhecimento sobre o objeto de estudo e identificar lacunas existentes na literatura



Segundo Minayo (2016), o levantamento bibliográfico é a base de toda e qualquer investigação científica. A pesquisa foi realizada de forma estratégica, em sites especializados, como SciELO Brasil, e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a fim de catalogar produções que verssem sobre o tema em questão. Foi adotado um recorte temporal dos últimos 10 anos, com o objetivo de selecionar publicações mais recentes e relevantes.

Como técnica de coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada, realizada com 14 mulheres que se disponibilizaram participar da pesquisa. Essa técnica foi escolhida por se tratar de um procedimento em que o pesquisador usa o roteiro como referência, permitindo que a entrevista transcorra de forma mais livre, como uma conversa entre entrevistador/a e entrevistado/a sobre os temas de interesse da pesquisa. Para Gil (1999), a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados disponíveis às ciências sociais.

Neste texto fazemo uso da entrevista de duas mulheres, selecionadas conforme o objetivo proposto. Assim, nossas interlocutoras foram duas acadêmicas do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - Campus Breves, selecionadas de maneira criteriosa, por serem mulheres de origem ribeirinha e por terem marcado o início da trajetória acadêmica de suas famílias, sendo as primeiras de toda a geração familiar a ingressarem no ensino superior federal.

Os dados obtidos foram organizados e analisados à luz dos pressupostos da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977), considerando, principalmente, a presença de conteúdos relacionados ao acesso ao ensino superior de mulheres em Breves, no Marajó.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Compreender o ensino superior no território amazônico marajoara exige ir além das estatísticas e índices de acesso: é necessário compreender o contexto histórico, social e simbólico que marca a relação entre universidade e território. No Marajó, o ingresso e a



permanência de mulheres ribeirinhas nesse nível de ensino representa mais do que uma conquista educacional; configura-se como prática de resistência e reexistência diante das estruturas que, historicamente, negaram a elas o direito de sonhar e de ocupar esses espaços acadêmicos.

Para Saviani (2008), a educação, e em especial o ensino superior, deve ser compreendida como prática social emancipatória, vinculada à transformação das condições concretas de existência. A universidade, quando compreendida a partir da pedagogia histórico-crítica, tem o papel de socializar o saber sistematizado e possibilitar que os sujeitos se apropriem criticamente

do conhecimento, superando o senso comum e as desigualdades estruturais que os condicionam. Assim, o ingresso de mulheres ribeirinhas na universidade não é um fim em si mesmo, mas parte de um processo de conscientização e de formação humana integral que permite às classes populares disputar o direito à palavra e à produção do saber.

Sob essa ótica, o ensino superior na Amazônia marajoara emerge como um espaço de travessias e de disputas simbólicas. Para as mulheres ribeirinhas, ingressar na universidade significa romper fronteiras materiais, as distâncias geográficas e o isolamento territorial, e também simbólicas, como o silenciamento histórico de suas vozes nos espaços de saber legitimado.

No mesmo horizonte de análise, Pacheco (2006, p. 15) nos convida a olhar o território amazônico a partir de suas múltiplas vozes e memórias, lembrando que “suas histórias, suas gentes, com seus variados hábitos, costumes, tradições, compondo mosaico de diferentes e semelhantes modos de vida, encontram-se à espera de diálogos com seus processos históricos carregados de experiências de agentes sociais pouco alcançados pelo discurso, notícias e informações que circulam sobre a região.” Essa observação ressoa de forma profunda com a realidade marajoara, onde o silêncio imposto pelas distâncias e desigualdades dá lugar a narrativas de resistência, ancestralidade e pertencimento. O território, portanto, é mais do que um espaço físico, é campo simbólico de memórias e

As contribuições de Lima (2022) ampliam essa discussão ao propor uma abordagem interseccional e decolonial para compreender o ensino superior como espaço de disputa simbólica e política. A autora argumenta que os discursos educacionais que se afirmam emancipatórios precisam reconhecer as especificidades históricas, culturais e territoriais das

mulheres a quem se destinam, sob o risco de perpetuarem uma colonialidade do saber. Ao revisitado pensamento de educadoras latino-americanas como Nísia Floresta e Soledad Acosta

de Samper, Lima aponta que o ensino superior deve integrar-se a um projeto de transformação social que articule formação crítica, reconhecimento e autonomia. Em outras palavras, a universidade precisa abrir-se à diversidade epistêmica, reconhecendo os saberes de mulheres

amazônicas e ribeirinhas como legítimos e necessários à construção de um conhecimento plural e comprometido com a vida.

Juntos, esses referenciais possibilitam compreender que a luta das mulheres ribeirinhas pelo acesso e permanência na universidade é, antes de tudo, uma luta pela efetivação do direito à educação enquanto prática social emancipatória. Ao desafiarem as correntes da exclusão e do

esquecimento, essas mulheres afirmam-se como sujeitas históricas e políticas, reinscrevendo suas trajetórias no mapa da educação brasileira e reafirmando que, no Marajó, estudar é também um ato de resistência e de reexistência.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na particularidade deste texto recorremos a entrevista de duas mulheres de origem ribeirinha, na faixa etária entre 22 e 23 anos, que migraram para a cidade durante a adolescência com o propósito de dar continuidade aos estudos e que, atualmente, cursam Pedagogia na Universidade Federal do Pará, Campus Breves. No texto, elas serão identificadas como *entrevistada 01* e *entrevistada 02*.

As narrativas apresentadas contribuem para evidenciar os múltiplos desafios enfrentados por essas mulheres desde a educação básica, revelando como desigualdades sociais, econômicas, territoriais e de gênero moldam suas trajetórias educacionais. Para além das limitações materiais, emergem as nuances do patriarcado que, de maneira persistente, cerceiam suas possibilidades de desenvolvimento acadêmico e profissional. Assim, diferentes fatores se entrelaçam para explicar um fenômeno secular de exclusão no que tange ao acesso ao ensino superior por mulheres no Marajó. É imperioso ressaltar que tais questões não são





recentes: tratam-se de processos históricos de negligência que se perpetuam, atravessando gerações.

Buscou-se compreender, portanto, quais os principais obstáculos enfrentados por essas mulheres desde a infância até o ingresso na universidade e de que maneira o território habitado por elas interferiu na concretização desse objetivo.

*Entrevistada 1 (22 anos): A maior dificuldade é a falta de informação que a gente tem, não só na parte dos nossos direitos, mas também pra estar nesse mundo acadêmico. A gente tem no interior um descaso do governo, a gente é controlado não somente por um cronograma de professores que atendem às nossas necessidades, porque muitas vezes os professores tendem a ser caprichosos e terminam a aula antes, e outros, devido às adversidades, como a distância, se recusam a ir. Várias vezes, os professores se recusaram a ir pra nossa vila, por mais que não fosse tão afastado.*

*Professores de Matemática, Português que faltavam, e isso prejudicava muito a gente. Casos de a gasolina acabar, as aulas serem canceladas, até chegar de novo o combustível pro barqueiro, o barco arrombar, a própria infraestrutura da escola... No início, nossa escola não tinha infraestrutura nenhuma, posso dizer que não era bem uma escola. Então, desde o início a gente entendia qual era a nossa realidade e entendia também que muitas pessoas a gente ia perder pelo caminho, não no caso de morte, mas perder porque começou a trabalhar, casou, engravidou... saber que a tua melhor amiga podia estar casando... então a gente cresce no meio disso, e quando tenta vir pra cidade, você vai perceber um choque completamente diferente.*

As falas evidenciam que os desafios de acesso ao ensino superior começam muito antes do vestibular. Eles se originam nas precariedades estruturais da educação básica, no abandono estatal, nas limitações geográficas e nas condições de vida que, paulatinamente, interrompem sonhos e inviabilizam trajetórias. Soma-se a isso o peso histórico do patriarcado, ainda fortemente presente no cotidiano amazônico. Como descreve a entrevistada 1: “*Meu pai sempre quis ter um filho homem, a gente sempre foi preparada pra tudo, a gente é meio, como posso dizer, masculinizada, sabe? Carregava tudo! Porque meu pai era comerciante, então a gente sempre vem com esse ‘ah, eu vou dar conta’*”. E complementa:

*O patriarcado ainda tá aí. A gente sabe que uma mulher vai ter que se esforçar o dobro do que um homem. Então imagine uma mulher preta, ou imagine uma mulher preta ribeirinha... ela vai ter que se esforçar o triplo, o quádruplo. Ela vai ter que se esforçar ao máximo e ainda vai ter que saber que por mais que ela alcance, ela ainda vai ser julgada por ter alcançado, ela nunca vai estar no mesmo patamar que um homem branco. A gente luta e continua lutando, porque é o nosso dever como universitárias, acadêmicas, pesquisadoras, trazer informação também, porque a mulher, a maior arma dela é o conhecimento. Então, se uma mulher conhece os seus direitos, o seu lugar, ela tem mais possibilidade de saber sair de uma situação ou de uma realidade.*



Essas narrativas dialogam diretamente com Saviani (2013), ao afirmar que desigualdades educacionais são expressões de condições históricas que estruturam a sociedade e que, quando não enfrentadas, tendem a ser reproduzidas pelas instituições. No caso das mulheres ribeirinhas, as barreiras se materializam na ausência de políticas públicas territorializadas, na descontinuidade escolar, nas longas distâncias e no atravessamento do patriarcado que aprofunda desigualdades.

*Entrevistada 2 (23 anos): Pra mim chegar aqui, eu precisei abdicar de muitas coisas. Às vezes me questiono: por que é um processo tão difícil? Penso nos meus familiares que ficaram lá, na vida que eu tinha. Hoje eu tô aqui, mas nunca foi fácil! O que me alegra é saber que a minha conquista é a conquista da minha comunidade, pra um dia eu poder voltar e dizer que eu consegui, e com a minha história inspirar outras pessoas. Eu lembro que quando via as pessoas comemorando a aprovação no*

*vestibular, achava algo muito difícil pra mim... lembro que vi em duas viagens que fiz antes de me mudar pra cá, muitas pessoas todos sujos de trigo, e um monte de coisas, com aquela música de calouro. E aí, quando foi eu, a menina que um dia desses tava lá no interior, cheia de sonhos, eu não conseguia acreditar. Mas sim, eu acho injusto que seja tão difícil pra gente chegar aqui, porque é algo que é nosso direito. Eu falo isso porque muitas das minhas colegas do ensino fundamental não conseguiram terminar nem mesmo o ensino médio. Nem todo mundo tem condição financeira pra vir morar aqui, outras que não conseguem ficar longe da família, outras que casam e aí fica difícil conciliar as coisas.*

O território, portanto, aparece como elemento central, ora sustentáculo de identidade, ora obstáculo à permanência escolar. A vivência da desterritorialização se revela profunda e dolorosa. Como explica Haesbaert (2003), desterritorializar-se não é apenas deslocar-se fisicamente, mas atravessar rupturas que reorganizam laços, modos de vida e sentidos de pertencimento. Esse movimento aparece nas palavras da entrevistada 1: “*Eu decidi que eu tinha um objetivo e que eu ia me dar ao máximo*”, ainda que isso exigisse enfrentar adversidades intensas.

Apesar das inúmeras objeções, o ingresso dessas mulheres no ensino superior representa, simultaneamente, ruptura e reexistência. Trata-se de romper ciclos seculares de exclusão e anunciar novas possibilidades para si e para suas comunidades. Como afirma a Entrevistada 1: “*A gente conhece os dois lados da moeda, a gente já viu pessoas passarem necessidades, e o que o ser humano pode fazer de pior, e com uma mulher principalmente.*” E completa:

*Na minha cabeça, eu não consigo só falar sobre, e não voltar para a minha vila... eu vou ter que fazer alguma coisa, voltar pra minha vila e fazer uma ação lá. Eu*





Portanto, esta narrativa revela a real importância de ocupar os espaços acadêmicos, fazer história e levar contribuições para a comunidade. Afinal, o que move cada mulher ribeirinha a se desafiar nesse contexto amplamente adverso é a vontade profunda de transformar a realidade em que vive e de mudar destinos por meio da educação. Como resposta ao descaso, à omissão e à negligência, essas histórias revelam muito mais do que a superação de obstáculos: expõem a força inabalável da mulher ribeirinha marajoara na luta por seus direitos, na busca por ressignificar suas trajetórias e na construção de um legado acadêmico, pessoal, profissional e humanizado.

Como relata a Entrevistada 1: “*Como eu vim do interior da cidade de Breves, eu fui a primeira a ingressar na universidade federal; as minhas irmãs cursaram o ensino superior, mas em escolas particulares*”. E, de forma sensível, deixa uma mensagem: “*Ainda dá tempo, a gente ainda é nova. Por exemplo, pessoas com 25 anos que acham que a vida tá perdida, mas Friends começa com 25 anos, e a série só tá no início... então ainda dá tempo! Acho que ter esperança, tentar, né? É a minha mensagem*”.

As narrativas dessas mulheres revelam que o acesso ao ensino superior no Marajó não é apenas uma conquista acadêmica, mas um ato profundamente político de ruptura com séculos de silenciamento e desigualdades estruturais. Cada passo rumo à universidade representa um enfrentamento direto às precariedades históricas da educação básica, ao isolamento territorial, às violências simbólicas do patriarcado e aos processos dolorosos de desterritorialização que marcam seus percursos. Suas histórias evidenciam que estudar, para uma mulher ribeirinha, é desafiar fronteiras físicas e simbólicas, rasgar determinismos sociais e reafirmar o direito de existir em espaços tradicionalmente negados às populações amazônicas.

É nesse movimento de resistência, nas madrugadas de travessia, nas renúncias silenciosas, na coragem de deixar a família e o território, que se forja uma força coletiva capaz de transformar vidas, comunidades e memórias. Assim, os resultados mostram que essas mulheres não apenas chegam à universidade: elas reconfiguram o território do saber, inauguram novos caminhos para as gerações futuras.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

X Encontro Nacional das Licenciaturas  
IX Seminário Nacional do PIBID

O percurso analítico desenvolvido neste estudo evidencia que o acesso ao ensino superior, no contexto amazônico marajoara, ultrapassa a dimensão acadêmica e assume contornos profundos de resistência, deslocamento e reinvenção de si. As trajetórias das mulheres ribeirinhas entrevistadas demonstram que chegar à universidade significa romper barreiras históricas inscritas no território, nas relações sociais e nas estruturas simbólicas que, por séculos, tentaram limitar seus sonhos. Suas narrativas reafirmam que a escolarização não é apenas um direito, mas um ato de insurgência contra o silenciamento imposto pela negligência estatal, pelo patriarcado e pelas desigualdades da tecitura ribeirinha.

Constata-se que a democratização da educação superior no Marajó não pode ser compreendida como um processo homogêneo ou linear. Pelo contrário, ela só se efetiva quando

reconhece a complexidade do território, suas distâncias, suas dinâmicas próprias e as desigualdades que atravessam o cotidiano de quem vive “nas beiras”. Nesse sentido, as políticas públicas precisam ultrapassar a lógica universalizante e dialogar, de fato, com a realidade amazônica. As experiências dessas mulheres revelam que, sem investimentos estruturais, sem transporte adequado, sem docentes permanentes, sem políticas territorializadas e sensíveis às necessidades das populações ribeirinhas, o acesso ao ensino superior permanece como promessa incompleta.

Ainda assim, as histórias analisadas mostram que essas mulheres não são apenas vítimas das desigualdades: elas são agentes potentes de transformação. Ao desafiarem as marés, literais e simbólicas, reinscrevem suas existências nos espaços acadêmicos e produzem deslocamentos que transcendem o individual. Cada conquista vivida por elas ecoa em suas comunidades, tornando-se referência, inspiração e possibilidade concreta para as próximas gerações. Há, portanto, uma dimensão coletiva e política em cada diploma almejado, dimensão que redefine o próprio território do saber e redimensiona o papel da universidade na Amazônia.

Em síntese, este estudo reafirma que compreender a educação no Marajó exige reconhecer que o território educa, limita, molda e, ao mesmo tempo, impulsiona. Exige ainda o entendimento de que as mulheres ribeirinhas não buscam apenas formação acadêmica, mas



o direito de existir dignamente, de romper ciclos históricos de exclusão e de escrever suas próprias narrativas de emancipação. Que suas vozes ecoem como denúncia e, ao mesmo tempo, como anúncio de um novo tempo, um tempo em que a educação seja, de fato, ponte entre mundos, águas e futuros possíveis.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1879**: vol. 1, p. 196, Rio de Janeiro, 19 abr. 1879. Disponível em: <https://goo.su/7VDOXp>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1827**: vol. 1, p. 71, Rio de Janeiro, 31 out. 1827. Disponível em: <https://goo.su/l5Wy71>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: [2016].

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

HASBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à Multiterritorialidade**. Boletim de Gaúcho de Geografia, 2003.

LIMA, Adriane Raquel Santana de. Educação para mulheres na América Latina: um olhar decolonial sobre o pensamento de Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 1, e76534, 2022.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999. 202p.



MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. pp: 9-28.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SARRAF-PACHECO, Agenor. **À margem dos Marajós**: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade-Floresta” -Melgaço-PA. Ed: Paka-Tatu. Belém-2006.